



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

NOTA TÉCNICA Nº 05 /2010 – SPM/PR

Brasília, 08 de novembro de 2010.

Assunto: Ampliação dos Recursos Orçamentários para 2011 dedicados à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, ao Projeto de Lei Orçamentária nº 59/2010 – CN.

A presente nota técnica tem como objetivo demonstrar a necessidade de se ampliar o montante de recursos destinado no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011 – PLOA 2011 à Secretaria de Política para as Mulheres – SPM. Esta Secretaria possui compromissos no plano político institucional referentes tanto à implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ambos com vigência até 2011, quanto a convênios plurianuais já firmados com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil. Cabe também ressaltar que as políticas conduzidas e coordenadas pela SPM têm impacto direto na consecução das metas estabelecidas na Declaração do Milênio, cujo prazo para cumprimento se esgota em 2015.

Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das obrigações e missão da SPM somam **R\$ 225.625,0 mil**, distribuídos pelos programas da seguinte forma:

- R\$ 170.800,0 mil para o programa 0156 – Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que na Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2011 – LDO 2011 foi listada entre as despesas ressalvadas do contingenciamento orçamentário;

- R\$ 7.055,0 mil - para o custeio das despesas discricionárias do Programa 0750 – Apoio Administrativo;
- R\$ 14.020,0 mil para o Programa 1068 – Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas; e
- R\$ 33.750,0 mil para o programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres.

Convém observar, no entanto, que o PLOA 2011 destinou à SPM, para o financiamento das despesas consideradas discricionárias, apenas R\$ 50.000,0 mil ou cerca de 22% do valor considerado adequado para a implementação da política desta Secretaria. Verifica-se ainda, que o valor do PLOA 2011 é significativamente menor do que os R\$ 88.312,4 mil alocados na LOA 2010.

Considerando os quatro programas conduzidos pela SPM e a distribuição feita dos recursos do PLOA 2011, observa-se a seguinte necessidade adicional de recursos orçamentários por programa:

- R\$ 145.100,0 mil para o programa 0156 – Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
- R\$ 855,0 mil - para o custeio das despesas discricionárias do Programa 0750 – Apoio Administrativo;
- R\$ 7.520,0 mil para o Programa 1068 – Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas; e
- R\$ 22.150,0 mil para o programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres

A seguir, é apresentada a justificativa por programa para o volume de recursos necessário para a consecução dos objetivos planejados para 2011 no que diz respeito à promoção de políticas para as mulheres no âmbito da SPM.

0156 – Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

A violência contra as mulheres constitui uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.

Dados da Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA), de 27 municípios, compreendendo o período de 01/08/06 a 31/07/07, evidenciam que as mulheres se constituem nas principais vítimas da violência doméstica e sexual, com incidência desde a infância até a terceira idade. Do total de 8.918 notificações de atendimentos de violência doméstica, sexual e outras violências, registradas no período analisado, 6.636, ou seja, 74% referiam-se a vítimas do sexo feminino.

A Pesquisa “Mapa da Violência – 2010. Anatomia dos Homicídios no Brasil”, do Instituto Sangari, utilizando a base de dados DATASUS e coordenada por Julio Jacobo Waiselfisz, mostra que “*em dez anos, 1997 a 2007, foram 41.532 que morreram vítimas de homicídios - índice 4.2 assassinadas por 100.000 mil habitantes*”. Segundo a pesquisa, as mulheres morrem em menor proporção que os homens, mas enquanto os homens morrem em espaço público, as mulheres, na maioria das vezes, são vitimadas no espaço privado.

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM em 2003, as ações de enfrentamento à violência contra a mulher ganharam nova envergadura, refletida na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelece diretrizes para uma ação coordenada nas três esferas de governo.

No sentido de efetivar a Política Nacional, foi lançado em agosto de 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que integra a Agenda Social do Governo Federal. O Pacto Nacional está inserido no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e representa uma das prioridades da

SPM. O Pacto articula e integra iniciativas e ações nas três esferas governamentais, no judiciário e no legislativo, em todos os estados brasileiros e no DF. O Pacto é a resposta que há muito a sociedade brasileira esperava por parte do Estado para combater um fenômeno tão complexo quanto disseminado em nosso meio.

Um dos focos prioritários do Pacto é a expansão e o re-aparelhamento da rede de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, uma exigência para a plena implantação da Lei Maria da Penha. No entanto, o volume de recursos solicitados por estados e municípios para esta finalidade superou em muito o orçamento disponível na SPM e a disponibilidade de atendimento por parte de ministérios parceiros, como Justiça e Saúde.

O aumento da visibilidade da violência contra a mulher com a sanção da Lei Maria da Penha ocasiona também uma maior demanda por serviços. Assim a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 registrou, de janeiro a maio de 2010, um aumento de 95,5% no número de atendimentos em comparação ao mesmo período do ano anterior. Foram 271.719 atendimentos, entre relatos de violência (51.354), busca de informações sobre serviços, denúncias de mau atendimento na rede e informações sobre direitos, incluindo a Lei Maria da Penha.

Todavia, ao analisarmos a capacidade instalada no Brasil para fazer em face de esta demanda constatamos um grande déficit. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipal (MUNIC) apurada em 2009 e divulgada em 2010 “apenas 18.7% dos municípios do País têm estrutura organizacional voltada para a temática de gênero e somente 7.1% tem Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres – DEAMs”.

Na tentativa de atender a esta demanda foi solicitado como pré-requisito, para adesão ao Pacto a elaboração pelos organismos estaduais de políticas para as mulheres, um Projeto Integral Básico (PIB), constituído a partir de um diagnóstico da situação de atendimento às mulheres em situação de violência. Os PIBs foram tomados como referência para a análise dos projetos apresentados à chamada pública no âmbito do Programa 0156 - Prevenção e Combate à

Violência contra a Mulher. No ano de 2009 foram apresentados 953 projetos, totalizando R\$ 427.131,0 mil. Desta demanda, 773 projetos não puderam ser financiados por falta de recursos, ainda que os mesmos fossem meritórios.

Aqueles que foram eleitos como prioritários somente puderam ser atendidos como projetos plurianuais. Do volume de recursos solicitados, R\$ 262.039,5 mil constituíram-se como déficit.

É importante dizer que no ano de 2010, devido à demanda reprimida de 2009, a SPM não publicou edital para seleção de novos projetos. No Orçamento de 2010, dos R\$ 39.270,0 mil fixados para o Programa 0156, depois de descontados os valores comprometidos em 2009 com os projetos plurianuais, restaram apenas R\$ 23.494,9 mil ou 8,97% do valor necessário para atender a demanda reprimida. Portanto, para 2011 é necessário reservar recursos para a execução dos compromissos que pertencerão ao próprio exercício e para aqueles assumidos nos anos anteriores.

A impossibilidade de atender a demanda dos estados e municípios representa um desafio a ser superado na implementação do Pacto Nacional. Segundo levantamento dos Projetos Integrais Básicos, a demanda mínima restante de todos os estados pactuados é pela criação de 454 serviços especializados (além das solicitações referentes ao reaparelhamento e à reforma dos equipamentos já existentes). São considerados nesta demanda: Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A SPM, desde o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência em 2007, já apoiou a criação, reaparelhamento e reforma de 350 serviços (67, em 2007; 74, em 2008; 201, em 2009; 08, em 2010¹) sendo que a meta estipulada é de 763 serviços.

¹ Até o mês de maio.

Além do acima exposto, o Pacto para se tornar efetivo necessita ainda de:

- Promover a qualificação e capacitação de profissionais para o atendimento à mulher em situação de violência. Um profissional não preparado para o atendimento é capaz de invalidar uma política estabelecida e com isso todo o recurso investido; e
- Investir em programas educativos e de prevenção, disseminando e criando valores de irrestrito respeito aos direitos das mulheres e de construção de uma cultura de paz.
- Diante do acima exposto, consideramos que o volume de recursos adequado para o desenvolvimento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no ano 2011 é de **R\$ 170.800,0 mil**, sendo 60 % dos recursos para custeio e 40% para capital, discriminados a seguir:
- Para a ampliação e consolidação da rede de serviços serão necessários R\$ 162.000,0 mil.
- Para a manutenção do funcionamento da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, são necessários R\$ 4.500,0 mil, alocados na ação 8831 – Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180.
- Para ação de capacitação dos profissionais necessita-se de R\$ 2.000,0 mil, disponibilizados na ação 6812 – Capacitação de Profissionais para Atendimento das Mulheres em Situação de Violência;
- Para as ações Educativas e Preventivas estão previstos R\$ 1.800,0 mil;
- Para iniciativas de apoio aos direitos humanos de mulheres presas, R\$ 500,0 mil.

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Para o Programa 0750 – Apoio Administrativo, ação Administração da Unidade, faz-se necessário **R\$ 7.055,0 mil** para o exercício de 2011, sendo R\$ 6.755,0 mil para custeio e R\$ 300,0 mil para despesas de capital.

As despesas de custeio destinam-se, principalmente, ao pagamento do pessoal temporário e das demais despesas tipicamente administrativas. Por seu turno, as despesas de capital são necessárias para realização de reforma no prédio que hospeda a SPM.

Por fim, convém observar que a necessidade de recursos posta acima não inclui as despesas obrigatórias com pessoal e encargos e com benefícios aos servidores e seus dependentes.

Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Cumprindo os compromissos estabelecidos no I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado a partir das demandas e deliberações das I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, a SPM tem garantido a perspectiva de gênero nas políticas públicas através de uma gestão transversal junto aos demais órgãos federais, além de executar diretamente ações que estão previstas no II PNPM, nas áreas da Educação, Trabalho, Saúde, Participação Política das Mulheres, de Fortalecimento aos Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

Os recursos orçamentários necessários no Programa de Trabalho, Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres referem-se a iniciativas de referência inclusas no II PNPM, incluindo o seu próprio sistema de gestão.

No campo da educação, ciência e tecnologia, os Programas Gênero e Diversidade na Escola e Mulher e Ciência são programas que visam à construção de novos valores e paradigmas no campo das relações de gênero.

O Programa Gênero e Diversidade na Escola ofertado na Universidade Aberta do Brasil (MEC) terá, ao final de 2010, formado 43.000 professores que atuam na rede pública de ensino em todo país na educação básica (quinta a oitava séries). O Programa foi lançado em 2006, com o objetivo de capacitar e formar profissionais da educação sobre a temática de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. Sua continuidade pressupõe avaliações periódicas, bem como o aperfeiçoamento de seus conteúdos a partir destas avaliações. No âmbito do Programa Mulher e Ciência, duas iniciativas merecem destaque, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o Edital de Fomento à Pesquisa no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero tem por objetivo estimular a produção científica e a reflexão crítica acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres, contemplando as questões de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. O Prêmio, que envolve toda a comunidade escolar e acadêmica, tem mobilizado muitos estudantes refletindo-se no aumento significativo de inscrições ano a ano. Além dos estudantes, são também premiadas as Escolas Promotoras da Igualdade. Em 2011 o Prêmio entrará na sua 7ª Edição, com a perspectiva de 05 mil inscrições. Diante do quadro descrito, consideramos que os recursos de custeio necessários para a implementação dessas ações em 2011, serão da ordem de:

- Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – R\$ 150,0 mil;
- Gênero e Diversidade na Escola – R\$ 200,0 mil.

Para a implementação das ações com vistas a cumprir as metas aprovadas e incluídas no Capítulo 1 do II PNPM “Autonomia Econômica e

Igualdade no mundo do trabalho”, a SPM conta com diferentes parceiros governamentais e não governamentais. É importante destacar que a atuação da Secretaria tem como objetivos a ampliação do acesso das mulheres ao trabalho e a geração de renda e a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho para mulheres e homens.

Iniciativas como o Programa Pró-equidade de Gênero necessitam ter continuidade para gerar impacto real na sociedade. Em sua 3º edição o programa conta com a adesão de 84 organizações públicas e privadas, destacando-se entre estas as grandes empresas públicas nacionais, como a Petrobrás, e 15 governos municipais. Além de o programa exigir um permanente repensar, a metodologia de avaliação das organizações para obtenção do Selo Pró-equidade exige a organização de comitês *ad-hoc* o que implica em recursos para diárias e deslocamento de avaliadores.

Com vista a sua implementação em 2011, serão necessários R\$ 1.700,0 mil para fazer frente à despesas com reuniões, mobilização, monitoramento, publicações e cerimônia de entrega do Selo.

Ainda no campo da ampliação da autonomia econômica das mulheres, os Programas Trabalho e Empreendedorismo, Mulheres Construindo a Autonomia e Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, são iniciativas cuja repercussão tem sido muito boa em diferentes comunidades. Estas, quando associadas a programas de micro-crédito, associativismo e economia solidária são, sem dúvida, desdobramentos importantes para aquelas mulheres beneficiárias da Bolsa Família e/ou que estejam em situação de vulnerabilidade social decorrente da violência doméstica e intrafamiliar. De 2007, quando se iniciou o programa Trabalho e Empreendedorismo, a 2009, esta ação já capacitou 3.600 mulheres, nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em 2010 o programa foi expandido para os Estados do Pará e Pernambuco, onde estão sendo capacitadas cerca de 2.200 mulheres. Para 2011 a previsão é de capacitar 4.000 mulheres em mais 08 (oito) Estados. Esta ação é desenvolvida em parceria com governos estaduais, com as redes de desenvolvimento local, com os

Escritórios Regionais do SEBRAE e com instituições e governos municipais. Desta forma, em 2011 estamos prevendo um investimento de R\$ 3.500,0 mil para as ações destinadas a ampliar a capacitação e inclusão social dessas mulheres. Da mesma forma, para a ampliação dos outros dois programas serão necessários R\$ 5.500 mil, sendo que destes, R\$ 4.000 mil destinar-se-ão a área da construção civil.

Na esfera do trabalho, merece, ainda, destaque o *Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais*, criado em 2008, que busca promover o acesso das mulheres do campo às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. Esta iniciativa visa o fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. Esta ação é desenvolvida em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a Companhia Nacional de Abastecimento e organizações da sociedade civil. Em seu âmbito, vêm sendo desenvolvidos estudos e cursos de formação para trabalhadoras rurais, bem como ações de apoio a grupos produtivos de mulheres. Para dar continuidade à parceria firmada com os demais Ministérios prevemos um orçamento para 2011 de R\$ 1.000,0 mil.

Outro seguimento onde tem se perpetuado a discriminação da mulher é nos espaços de poder e decisão, haja vista os baixos índices de representação política das mulheres, principalmente, nos parlamentos brasileiros (8% na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal). Diante da importância de criar mecanismos para a reversão deste quadro a SPM vem implementando diversas ações do II PNPM tais como: criação em 2006 do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, que reúne representantes de 16 organizações partidárias; campanha “Mais Mulheres nos Espaços de Poder”, além de propiciar, em 2010, recursos para projetos de capacitação no montante de R\$ 1.084.992,0, distribuídos em 9 estados da federação. Para dar continuidade as ações previstas para 2011, o volume adequado de recursos em custeio é de R\$ 2.000,0 mil.

Com a finalidade de ampliar a gestão de políticas transversais e intersetoriais com foco nas demandas de gênero e raça, a SPM em parceria com o MEC, SEPPIR, o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), o IPEA e a UNIFEM, em 2010, lançou o Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, direcionado a servidores (as) nos três níveis da Administração Pública, preferencialmente gestores (as) das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento, integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher, Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, Conselhos de Educação e dirigentes de organismos da sociedade civil ligados à temática de gênero e de igualdade étnico-racial em parceria com universidades federais e estaduais. Neste ano estão sendo oferecidas cerca de 07 (sete) mil vagas distribuídas entre as 18 universidades parceiras. Para 2011 o objetivo é de duplicar as vagas oferecidas. Os recursos em custeio estimados para esta iniciativa somam R\$ 500,0 mil.

Ainda no âmbito do Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos da Mulher, a SPM desenvolve ações visando apoiar os organismos de políticas para as mulheres, Coordenadorias e/ou Secretarias, Núcleos de Gênero nas Universidades e os Conselhos dos Direitos da Mulher de forma a garantir - com efetividade - a implementação das políticas públicas formuladas com vistas a efetivar a cidadania das mulheres brasileiras. Em 2010 foi apoiada a criação e/ou fortalecimento de 32 Coordenadorias, 30 Conselhos Municipais de Direitos e 06 Núcleos de Gênero em Universidades públicas, investindo um total de R\$3.500.000,00, além de apoio a projetos de capacitação e sensibilização. Para ampliar esta ação, em 2011 a previsão é de constituir e/ou fortalecer organismos; necessitando de recursos orçamentários em custeio na ordem de R\$ 9.000,0 mil, sendo R\$ 2.700,0 mil em despesas de custeio e R\$ 6.300,0 mil em capital. Além de ser necessário investir, em 2011, no fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a quantia em custeio de R\$ 1.000,0 mil.

Por fim, no âmbito da ação de Apoio a Iniciativas de Referência nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, serão necessários, em 2011, além dos recursos desejados para a organização produtiva

de mulheres rurais e para o curso de gestão de políticas públicas em gênero e raça, outros R\$ 8.200,0 mil para atender as demandas em projetos apresentados através da publicação de Edital. Dessa forma, os recursos planejados para 2009 nessa ação somam R\$ 9.700,0 mil, dos quais R\$ 2.400,0 mil em capital e R\$ 7.300,0 mil em custeio.

Desse modo, diante das atividades e dos projetos considerou-se que o valor adequado para o Programa Cidadania e Efetivação dos Direitos das mulheres seja de **R\$ 33.750,0 mil**, dos quais **R\$ 8.700,0 mil** em despesas de capital e **R\$ 25.050,0 mil** em despesas de custeio.

Programa 1068 – Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas

O planejamento de despesas neste programa é de **R\$ 14.020,0 mil** em 2011.

Neste programa estarão incluídas as seguintes ações:

1. Realização da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que exigirá um montante de R\$ 3.000,0 mil na ação 2272 – Gestão e Administração do Programa. Complementarmente são necessários outros R\$ 1.000,0 mil para o custeio de outras obrigações da SPM que serão desenvolvidas nesta ação;
2. Desenvolvimento e implementação de grandes campanhas tais como:
a) campanha institucional de divulgação da Central de Atendimento a Mulher – 180; b) continuidade e ampliação da Campanha “Mais Mulheres no Poder - Eu assumo este compromisso”. As campanhas requerem recursos no montante de R\$ 5.000,0 mil e serão executadas na ação 4641 – Publicidade e Utilidade Pública;
3. Realização das atividades e pesquisas do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo e do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, por

meio da ação 6245 - Produção e divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres, com recursos da ordem de R\$ 1.920,0 mil. O Comitê tem por objetivo incidir nas diferentes pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estimular a produção de indicadores e informações qualificadas sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva das relações de gênero. O Observatório representa uma importante ferramenta de monitoramento, visibilização e fortalecimento do trabalho da SPM e do Governo Federal como um todo no que diz respeito à promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.

4. Apoio à realização de cursos de capacitação de gestores públicos estaduais e municipais na temática de gênero e planejamento e gestão de políticas públicas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e universidades no âmbito da ação 8849 - Capacitação e formação de profissionais do setor público na temática de gênero. Os recursos estimados para esta iniciativa somam R\$ 800,0 mil;

5. Realização das reuniões ordinárias do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das reuniões para elaboração do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (R\$ 300,0 mil) e de suas ações específicas como a contratação de avaliação de políticas desenvolvidas no âmbito do PNPM (R\$ 2.000,0 mil). Estes recursos serão gastos na ação 8850 - Monitoramento e Avaliação do PNPM.

A tabela abaixo resume a demanda de recursos para 2011 da SPM por Programa e Ação Orçamentária.

**SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
NECESSIDADE DE ALOCAÇÃO ADICIONAL DE RECURSOS AO PLOA 2011**

Exclusive Pessoal, Encargos e Benefícios.

Programa\Ação		PLOA 2011 (A)	Planejamento 2011 (B)	R\$ mil Necessidade Adicional (C) = B - A
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	25.700,0	170.800,0	145.100,0
2C52	Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência	17.100,0	162.000,0	144.900,0
6812	Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência	1.800,0	2.000,0	200,0
8831	Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180	4.500,0	4.500,0	0,0
8833	Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão	500,0	500,0	0,0
8932	Apoio a Iniciativas de Prevenção a Violência Contra as Mulheres	1.800,0	1.800,0	0,0
0750	Apoio Administrativo	6.200,0	7.055,0	855,0
2000	Administração da Unidade	6.200,0	7.055,0	855,0
1068	Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	6.500,0	14.020,0	7.520,0
2272	Gestão e Administracao do Programa	3.000,0	4.000,0	1.000,0
4641	Publicidade de Utilidade Pública	2.500,0	5.000,0	2.500,0
6245	Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres	500,0	1.920,0	1.420,0
8849	Capacitação e Formação de Profissionais do Setor Público na Temática de Gênero	200,0	800,0	600,0
8850	Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	300,0	2.300,0	2.000,0
1433	Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres	11.600,0	33.750,0	22.150,0
8834	Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.	1.750,0	9.700,0	7.950,0
8835	Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais.	150,0	150,0	0,0
8836	Formação de Profissionais da Educação em Conteúdos não-discriminatórios.	200,0	200,0	0,0
8837	Incorporação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos nas Políticas de Saúde.	100,0	1.000,0	900,0
8838	Apoio a Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.	2.350,0	9.000,0	6.650,0
8840	Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).	250,0	1.000,0	750,0
8842	Incentivo ao Trabalho Decente e a Equidade de Gênero no Mundo do Trabalho.	700,0	1.700,0	1.000,0
8843	Incentivo a Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres.	5.600,0	9.000,0	3.400,0
8844	Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão.	500,0	2.000,0	1.500,0
SPM		50.000,0	225.625,0	175.625,0